

Técnico-administrativos das IFE's realizam acampamento em Brasília nos dias 5 e 6

Os mais de 60 dias em greve não foram suficientes para enfraquecer a disposição de luta dos servidores técnico-administrativos das instituições federais de ensino superior – IFE's de todo o Brasil. Na próxima quarta-feira, dia 5, são esperados mais de 1,5 mil servidores para o acampamento que será montado na Esplanada dos Ministérios. A categoria ainda se unirá à marcha do conjunto dos servidores públicos federais, programada para o dia 6, quinta-feira da próxima semana.

As atividades dos técnico-administrativos começarão cedo no dia 5. Às 10h, os caravaneiros sairão em marcha do acampamento até o Ministério da Educação, onde realizarão ato público para cobrar o atendimento de pautas específicas da categoria.

Às 18h do mesmo dia, a categoria realizará ato político cultural no espelho d'água em frente ao Congresso Nacional. "Realizaremos uma ação baseada na ideologia africana chamada 'Ubuntu', que trabalha o trabalho coletivo ao invés do egoísmo", explica o dirigente nacional da Fasubra, Mário Guimarães Júnior. A previsão é de que o ato se estenda até a meia-noite.

No dia 6, quinta-feira, os servidores técnico-administrativos se somarão à marcha realizada pelos diversos setores do funcionalismo federal. A concentração do ato será às 9h, no Museu Nacional. Os manifestantes caminharão por toda a Esplanada dos Ministérios, passando pela Praça dos Três Poderes, com finalização do ato no Ministério do Planejamento.

Na sexta-feira (7), o Comando Nacional de Greve da Fasubra se reunirá para avaliar as atividades realizadas e traçar os

rumos do movimento grevista.

Momento de radicalizar

Foi anunciado pela Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal – Condsef que o conjunto dos servidores públicos apresentará ao governo federal nova proposta de reajuste salarial no percentual de 19,07%, valor de recomposição do poder de compra perdido nos últimos seis anos. De acordo com a Fasubra, a contraproposta ainda não foi aprovada pelo conjunto dos servidores federais.

“Essa proposta ainda será avaliada na reunião dos servidores públicos federais, no dia 3 de agosto. Até então, ela é uma proposta de contraproposta. Não estamos rejeitando o mérito do que está sendo colocado e nem nos recusamos a elaborar uma nova proposta a ser apresentada para o governo, mas, neste momento, avaliamos que é hora de radicalizar o movimento grevista”, afirma o dirigente da Fasubra, Mário Júnior.

Durante as dezenas de reuniões realizadas entre governo e representantes dos servidores públicos em mais de 120 dias de mobilização, a postura do Executivo se manteve inflexível: a ideia é reajustar os vencimentos dos servidores em 21,3%, fracionado em quatro anos.

Recuo do MEC

Os dirigentes da Fasubra foram surpreendidos com o documento encaminhado à Federação pelo Ministério da Educação – MEC na última quarta-feira (29). Segundo Mário Guimarães Junior, da direção da Fasubra, os avanços apontados nas reuniões entre a Federação e a pasta nos dias 9 e 23 de julho foram modificados de forma prejudicial aos técnico-administrativos.

“Nas reuniões com o MEC, o Ministério da Educação avançou em itens da nossa pauta específica que não geram impacto financeiro para os cofres do governo. Mas, para a nossa surpresa, o documento encaminhado pelo ministério mostra uma postura de recuo do MEC”, diz Mário Júnior.

Em tese, o MEC havia se comprometido a formalizar o apoio à flexibilização da jornada de trabalho de 30 horas semanais com a publicação de portaria; garantiria a capacitação à categoria, com apresentação do Plano Nacional de Capacitação; além de solicitar a suspensão dos processos administrativos contra servidores que participaram de greves nos anos anteriores, entre outros pontos.

Por outro lado, os encontros com o MEC não avançaram no processo de democratização das universidades, que prevê eleições diretas e paritárias para a escolha de reitores e a paridade de representação da comunidade universitária nos conselhos administrativos das universidades. O tema, todavia, não apresenta impacto financeiro para o governo. De acordo com o MEC, antes de qualquer posicionamento, é necessário debater as questões com a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – Andifes.